



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

Rua Siqueira Campos, 1163 - 8º e 9º andar
Porto Alegre/RS

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Bem Promotora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

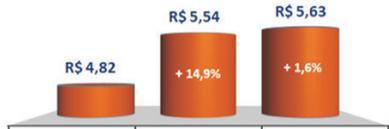
Foco de Atuação: A Companhia atua na prestação de serviços de gestão de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2011.

Em 2019 a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia atua ainda no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

Destaques do Ano: Em 2019 a Bem Promotora continuou investindo na capacitação do quadro de colaboradores e em tecnologia. Na área de TI os investimentos foram realizados em infraestrutura, sistemas, BI, inovação e na prática de métodos ágeis, e atingiram o montante de R\$ 6,5 milhões (R\$ 6,6 milhões em 2018). Os investimentos na qualificação constante dos colaboradores e em ações de endomarketing chegaram ao patamar de R\$ 1,0 milhão (R\$ 607 mil em 2018). A Bem Promotora buscou constantemente oferecer a melhor experiência para que seus parceiros possam atender os clientes através do ecossistema mais completo do mercado, onde é possível operar pela *web*, *mobile* ou de forma integrada via APIs (integração entre sistemas sem interação humana). A plataforma BemWeb continuamente recebeu novas funcionalidades visando a utilização dos processos já consagrados no mercado em uma *interface* muito mais amigável, simples e ágil. Merece destaque o novo processo de captação de propostas, com lançamento previsto para o primeiro quadrimestre de 2020. A Bem Promotora continuou investindo na sua solução *mobile*, o BemApp, pois acredita que esta plataforma tem grande potencial de crescimento, afinal agiliza o processo de contratação do Crédito Consignado, confere mais segurança e gera novas oportunidades de negócio. A solução de APIs foi ampliada para ser a melhor e mais completa no mercado, atualmente atendendo todo o ciclo de contratação do Crédito Consignado e permitindo que os parceiros utilizem seus próprios sistemas na integração com a Bem Promotora. Dessa maneira, reduzem o tempo, custos e erros em todo o ciclo de contratação. Em 2019 a Bem Promotora passou a ser uma empresa certificada pelo *Great Place to Work*. A pesquisa aplicada pelo instituto contou com a participação de 96% dos colaboradores, cujo nível de satisfação registrado já na primeira edição foi de 84%, o que permitiu que a Bem Promotora fosse premiada entre as 35 melhores empresas de médio porte para trabalhar no Rio Grande do Sul. Os avanços tecnológicos com foco na jornada dos clientes e dos colaboradores, aliados aos investimentos em capacitação também contribuíram para o ganho de eficiência e aumento da segurança na análise das informações. Isso tudo atentos à transformação digital representada pelo lançamento da primeira edição da "Revista 20/30 | Tendências para a Década", com um editorial focado na evolução tecnológica, tendências e o futuro do trabalho.

Desempenho nos Negócios: Em 2019 a Companhia atingiu o patamar de R\$ 5,63 bilhões de financiamento de operações de crédito consignado.

Produção de Crédito Consignado - em bilhões



O crescimento dos níveis de originação refletiu no aumento da carteira de operações de crédito consignado gerida, base da principal fonte de receitas da Companhia. Em 2019, a receita operacional bruta da prestação de serviços alcançou o montante de R\$ 136,8 milhões, e as despesas operacionais do exercício montaram R\$ 89,3 milhões (65% da receita operacional bruta).

Receita Operacional Bruta x Despesas Operacionais - em milhões



A Companhia encerrou 2019 com lucro líquido de R\$ 21,76 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 43,5 milhões (R\$ 34,3 milhões em 2018).

Resultado do Exercício - em milhões



Balancos Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		547	425	554	435	Obrigações com fornecedores		4.107	3.143	4.119	3.152
Aplicações financeiras	4	23.465	19.937	25.439	22.245	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	4.427	6.592	4.501	6.679
Contas a receber		11.478	9.711	11.590	9.847	Obrigações trabalhistas		3.970	3.240	3.979	3.243
Impostos a compensar	5	1.199	3.873	1.222	3.912	Provisão para indenizações contratuais	15.2	14.814	5.015	14.814	5.015
Valores a receber correspondentes	6.a/16.1	114	182	114	182	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11	16.510	14.934	16.510	14.934
Valores a receber proc. arbitral	6.b	14.281	5.600	14.281	5.600	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	1.983	-	1.983	-
Outros créditos diversos		782	719	319	146	Dividendos a pagar		-	872	-	872
Depósitos em garantia		37	94	37	94	Total do passivo circulante		45.811	33.796	45.906	33.895
Despesas antecipadas		1.655	1.214	1.656	1.215	Não circulante					
Total do ativo circulante		53.558	41.755	55.212	43.676	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	2.105	-	2.105	-
Não circulante						Total do passivo		47.916	33.796	48.011	33.895
Ativo fiscal diferido	10.1	19.367	16.642	19.367	16.642	Patrimônio líquido	12	26.097	26.097	26.097	26.097
Depósitos em garantia		436	243	436	243	Capital social		1.956	868	1.956	868
Investimentos	7	1.562	1.826	-	-	Reserva legal		2.409	614	2.409	614
Imobilizado	8	6.847	4.930	6.850	4.934	Reserva para investimentos		13.042	6.732	13.042	6.732
Intangível	8	5.693	2.711	5.693	2.711	Lucros à disposição da Assembleia Geral		43.504	34.311	43.504	34.311
Direitos de uso		3.957	-	3.957	-	Total do patrimônio líquido		91.420	68.107	91.515	68.206
Total do ativo não circulante		37.862	26.352	36.303	24.530	Total do passivo e do patrimônio líquido		91.420	68.107	91.515	68.206
Total do ativo		91.420	68.107	91.515	68.206						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado
	Capital social	Reserva Legal	Reserva p/ Investimentos	Lucros à disposição da Assembleia Geral		
Saldos em 01 de janeiro de 2018	26.097	396	-	2.303	-	28.796
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(1.689)	-	(1.689)
Constituição de reserva de lucros	-	-	614	(614)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.448	9.448
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	472	-	-	(472)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(1.372)	(1.372)
Dividendos provisionados	-	-	-	-	(872)	(872)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	6.732	(6.732)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	26.097	868	614	6.732	-	34.311
Distribuição de dividendos de exerc. anteriores (nota explic. 12.4)	-	-	-	(4.937)	-	(4.937)
Constituição de reserva de lucros (nota explicativa 12.4)	-	-	1.795	(1.795)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.760	21.760
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.088	-	-	(1.088)	-
Dividendos intermediários pagos (nota explicativa 12.4)	-	-	-	-	(7.630)	(7.630)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	13.042	(13.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.097	1.956	2.409	13.042	-	43.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 24 de fevereiro de 2011. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda., conjuntamente denominados Grupo AMCM-RSR. Em 2019, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no país e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia ainda atua no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 19 de fevereiro de 2020. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 3.2. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas no recebimento de créditos e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.5. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas nas demonstrações financeiras; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota explicativa nº 8 - Imobilizado e Intangível; vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota explicativa nº 10.2 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social; disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para

que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • Nota explicativa nº 16.5 - Reconhecimento e mensuração de provisões para risco de crédito de ativos financeiros; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas. **2.6. Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando esta exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado juntamente com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 dias, e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo. **3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondentes (Nota explicativa nº 6.a). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e custo amortizado. Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, dividendos a pagar e passivos e encargos de arrendamento. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a) valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. **3.3. Provisão para perda no recebimento de créditos:** As provisões para perdas no recebimento de créditos são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização destes ativos (Nota explicativa nº 16.5). **3.4. Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de *software*. **3.5. Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia, exceto no que se refere aos regimes de tributação federal (Notas explicativas nº 3.9 e 3.10).

Estrutura Operacional: Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui atualmente 40 lojas próprias, sendo 18 lojas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, 530 correspondentes subestabelecidos, e 387 colaboradores atuantes nas áreas administrativas e comerciais. Em 2019 a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Governança Corporativa: A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes: A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. Os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram auditados pela KPMG. Durante esse período, os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

Agradecimento: Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos acionistas, parceiros e colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Declaração da Administração: A Administração declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2020.

A Administração.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	13	117.352	92.662	119.875	95.531
Custo dos serviços prestados	14	(48.050)	(39.607)	(48.063)	(39.631)
Lucro bruto		69.302	53.055	71.812	55.900
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(28.632)	(27.490)	(29.124)	(27.913)
Impairment de ativos financeiros	14	(1.724)	(10.963)	(1.724)	(10.976)
Resultado de participação em controladas	7	1.816	2.168	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	14	(10.860)	(4.650)	(10.858)	(4.649)
		(39.400)	(40.935)	(41.706)	(43.538)
Lucro antes do resultado financeiro		29.902	12.120	30.106	12.362
Receitas financeiras		2.374	1.332	2.476	1.459
Despesas financeiras		(363)	(106)	(364)	(121)
Resultado financeiro		2.011	1.226	2.112	1.338
Resultado oper. antes dos impostos		31.913	13.346	32.218	13.700
Provisão para IR e CSL	10.3	(10.153)	(3.898)	(10.458)	(4.252)
Imposto de renda corrente e diferido		(7.346)	(2.834)	(7.564)	(3.088)
Contribuição social corrente e diferido		(2.807)	(1.064)	(2.894)	(1.164)
Lucro líquido do exercício		21.760	9.448	21.760	9.448
Quantidade de ações (em lote de mil)		2.246	2.246	2.246	2.246
Lucro líq. p/ação - Básico e diluído (em R\$)		9,69	4,21	9,69	4,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	21.760	9.448	21.760	9.448
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores	21.760	9.448	21.760	9.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto)



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_de8b501e-5087-4fa1-9fbc-7be50e21fe58..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	28/02/2020 07:45:26 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 8º e 9º andar
Porto Alegre/RS

»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

3.7. Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Os ativos registrados como bens de direito de uso, estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de alugueiros que a Companhia mantém com terceiros, onde estão situados os escritórios e lojas que integram a rede operacional. Foram analisados 171 (cento e setenta e um) contratos de arrendamento, porém foram efetuados o registro contábil à luz do CPC 06 (R2) para apenas 53 (cinquenta e três) contratos de imóveis, pois os demais não se enquadravam no conceito definido pela norma. Como exemplificação: há contratos de vagas de estacionamento (fixas e aleatórias), contratos de comunicação (WI-FI e PABX) e os contratos de impressoras multifuncionais. A Companhia reconhece até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia não teve impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros. A nova norma fornece expedientes práticos cuja a aplicação é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos: 1) Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicou o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICP 03 (IFRIC 4); 2) Não separou componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento; 3) Não registrou os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerraram dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; 4) Não registrou contratos de baixo valor do bem, que são considerados irrelevantes para a Companhia; 5) Excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; 6) Fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e 7) Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar). Estes valores afetam o resultado a medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato ou no caso de contrato com prazo indeterminado, foi definido como prazo hábil 60 (sessenta) meses, de acordo com a experiência passada pela Administração. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado.

3.9. Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota explicativa nº 10). **Tributos correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente à R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui saldo de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **Imposto de renda e contribuição social - Controlada:** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistemática regulamentada pelos artigos 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais.

3.10. Contribuições ao PIS e COFINS: A Companhia apura as contribuições para o PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados a prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para o COFINS. As contribuições ao PIS e COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018. **3.12. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou indícios que indicam a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos. **3.13. Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente a comissões sobre originação das operações de empréstimos consignados, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e gerenciamento e corretagem de seguros. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.14. Custo dos serviços prestados:** Os custos dos serviços prestados são compostos por despesas de pessoal e administrativas diretamente ligadas à prestação dos serviços de originação, gestão da produção, cobrança e corretagem de seguros. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16. Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existirem qualquer efeito dilutivo potenciais nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17. Segmentos operacionais:** As atividades da Companhia estão concentradas na prestação de serviços de originação, análise e gestão de operações de crédito consignado, e tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, tendo seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. A Companhia atua também na área de prestação de serviços de corretagem de seguros, através da controlada Bem Corretora de Seguros S.A., que, por não atingir os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não está sendo apresentada como segmento operacional em separado. **3.18. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Em relação ao **Impairment**, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes. **3.19. Mudanças nas práticas contábeis: a. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos mercantis, exigindo que os arrendatários reconheçam como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, exceto nos casos em que o contrato for com prazo inferior a doze meses ou possuir um valor total imaterial, conforme previsto na norma. Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os fluxos de pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 6,41% a.a., a 8,80% a.a., a depender dos prazos dos contratos e estimativas contratuais. Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou os efeitos desta norma, reconhecendo um ativo inicial de direito de uso no total de R\$ 4.142, em contrapartida do passivo de arrendamento bruto e da conta de encargos a apropriar. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos representam R\$ 3.957 e os passivos R\$ 4.088. A movimentação dos contratos de alugueiros (R\$ 2.866), relativa ao período de janeiro a dezembro de 2019, considerando as despesas de depreciação (R\$ 2.656) e juros de arrendamento (R\$ 341), representaram um acréscimo na despesas total da Companhia de R\$ 131, se comparado com o método anterior para registro das despesas de alugueiros.

4. Aplicações financeiras: Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados às taxas de 100,5% a 101% do CDI, com vencimentos superiores a 90 dias, e com possibilidade de resgate imediato. O quadro abaixo demonstra os recursos de aplicações financeiras aplicadas pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *Rating Fitch Ratings*, para as referidas instituições financeiras:

Instituição	Agência	Classificação de Risco	Montante aplicado Controladora	Montante aplicado Consolidado
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Fitch Ratings	A+ (bra)	21.092	23.076
Caixa Econômica Federal	Fitch Ratings	AA (bra)	2.486	2.486
(-) Provisão de Risco de Crédito			(113)	(123)
			23.465	25.439

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR/CSLL retidos na fonte	135	2.939	149	2.967
PIS e COFINS retidos na fonte	86	101	86	101
PIS e COFINS retidos na fonte	392	335	392	335
ISSQN retido na fonte	586	498	595	509
Total	1.199	3.873	1.222	3.912

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a receber de correspondentes	30.516	28.885	30.516	28.885
(-) Provisão para perda no recebimento de créditos	(30.402)	(28.703)	(30.402)	(28.703)
Total	114	182	114	182

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e com o Banco Original S.A., a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que estas instituições tinham a receber junto aos correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, seja por solicitação do próprio cliente, por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos. **Movimentação das provisões para perda**

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	28.703	17.866	28.703	17.866
Provisões (reversões)	4.695	11.672	4.695	11.672
Baixas para prejuízo	(2.995)	(655)	(2.995)	(655)
Saldo no final do exercício	30.402	28.703	30.402	28.703

A Companhia realizou baixas de valores para prejuízo em 2019, no montante de R\$ 2.996. Em 2018, as baixas totalizaram R\$ 855 de prejuízos. **b. Valores a receber procedimento arbitral (Nota explicativa nº 17)**

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contingências trabalhistas - procedimento arbitral (Nota explicativa nº 11)	12.985	5.600	12.985	5.600
Reembolsos - procedimento arbitral	1.296	-	1.296	-
Total	14.281	5.600	14.281	5.600

7. Investimento em controlada: A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

	% de participação	Resultado da equivalência	Dividendos pagos	Dividendos provisionados	Saldo final
Bem Corretora de Seguros S.A.	100%	1.590	2.168	(1.390)	1.826
2019	100%	1.826	1.616	(1.626)	1.562

	Controladora			Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2018	1.436	866	1.266	3.568
Movimentações no exercício				
Aquisições	1.447	630	938	3.015
Baixas	(316)	(70)	(417)	(703)
Depreciação	(346)	(314)	(576)	(1.236)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018	785	285	292	1.362
Custo	3.987	3.882	4.306	12.171
Depreciação acumulada	(1.766)	(2.731)	(2.744)	(7.241)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	2.221	1.151	1.558	4.930
Movimentações no exercício				
Aquisições	970	454	1.895	3.319
Baixas	(84)	(9)	(1)	(94)
Depreciação	(342)	(239)	(727)	(1.308)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	544	206	1.167	1.917
Custo	4.819	4.291	6.183	15.293
Depreciação acumulada	(2.054)	(2.934)	(3.458)	(8.446)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	2.765	1.357	2.725	6.847
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	-

	Consolidado			Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2018	1.436	866	1.266	3.568
Movimentações no exercício				
Aquisições	1.447	630	942	3.019
Baixas	(316)	(31)	(70)	(417)
Depreciação	(346)	(314)	(576)	(1.236)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018	785	285	296	1.366
Custo	3.987	3.882	4.306	12.175
Depreciação acumulada	(1.766)	(2.731)	(2.744)	(7.241)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	2.221	1.151	1.562	4.934
Movimentações no exercício				
Aquisições	970	454	1.895	3.319
Baixas	(84)	(9)	(1)	(94)
Depreciação	(342)	(239)	(728)	(1.309)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	544	206	1.166	1.916
Custo	4.819	4.291	6.187	15.297
Depreciação acumulada	(2.054)	(2.934)	(3.459)	(8.447)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	2.765	1.357	2.728	6.850
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	-

	Controladora e Consolidado		Total
	Marcas	Softwares e programas de computador	
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2018	27	763	790
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	2.270	2.270
Baixas	-	(70)	(70)
Amortização	-	(279)	(279)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2018	-	1.921	1.921
Custo	27	3.358	3.385
Amortização acumulada	-	(674)	(674)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	27	2.684	2.711
Movimentações no exercício			
Aquisições	31	4.206	4.237
Baixas	-	(180)	(180)
Amortização	-	(1.075)	(1.075)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2019	31	2.951	2.982
Custo	58	7.384	7.442
Amortização acumulada	-	(1.749)	(1.749)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	58	5.635	5.693
Taxas anuais médias de amortização	0%	33%	-

Em 2019, foram concluídos projetos de desenvolvimento de sistemas na área de Tecnologia da Informação, que foram reclassificados da conta de "Intangível em andamento" para a conta de "Software ou programas de computador", devido a disponibilização destes sistemas para o uso nas atividades da Companhia, compondo assim a base de cálculo da amortização.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	94	2.045	131	2.093
Contribuição social	122	962	140	982
Encargos sociais	1.320	1.208	1.324	1.209
PIS/COFINS	1.225	950	1.230	956
ISSQN	1.156	964	1.165	975
Outros tributos	510	463	511	464
Total	4.427	6.592	4.501	6.679

10. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Provisão para perdas no recebimento de créditos	30.573	28.849
Provisão para despesas gerais e administrativas	3.226	1.788
Provisão para indenizações contratuais	14.814	5.015
Provisão para ações cíveis e trabalhistas	8.212	13.175
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	56.825	48.827
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	19.320	16.601
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	527	457
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	527	457
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	47	41
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	19.367	16.642

10.2. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Exercício de 2019	-	3.665
Exercício de 2020	7.594	3.245
Exercício de 2021	6.667	3.244
Exercício de 2022	3.990	3.244
Exercício de 2023	558	3.244
Exercício de 2024	558	-
Total	19.367	16.642

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas no recebimento de créditos e provisões para passivos contingentes.

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2019	2018



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_d787dd00-e92e-482d-902a-4b2cd618cbc1..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	28/02/2020 07:46:13 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 8º e 9º andar
Porto Alegre/RS

»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

12.2. Características das ações: O Estatuto Social da Companhia prevê que às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

12.3. Composição acionária

	2019 e 2018	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.....	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.....	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	1.120.813	49,9000%
Total	2.246.119	100%

12.4. Distribuição de resultado: Do resultado do exercício de 2018 após a constituição da reserva legal, foram calculados os 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social que somam R\$ 2.244. Deste montante, foi provisionado o valor de R\$ 872 a título de dividendos a pagar, considerando que em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de agosto de 2018 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos intermediários à conta do lucro apurado no 1º semestre de 2018, no valor de R\$ 1.372. Por deliberação da Assembleia Geral de 13 de março de 2019, o saldo do resultado do exercício de 2018, de R\$ 6.732, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 1.795 e o restante, de R\$ 4.937, para distribuição de dividendos. Do resultado do exercício de 2019, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 1.088. Não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 21 de agosto de 2019 no montante de R\$ 7.630, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. O saldo remanescente do resultado de 2019 no valor de R\$ 13.042, permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

13. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de prestação de serviços.....	136.793	108.001	139.496	111.074
(-) Deduções da receita bruta				
PIS sobre faturamento.....	(2.257)	(1.782)	(2.275)	(1.802)
COFINS sobre faturamento.....	(10.396)	(8.208)	(10.477)	(8.300)
ISSQN.....	(6.788)	(5.349)	(6.869)	(5.441)
Total da receita operacional líquida	117.352	92.662	119.875	95.531

15. Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, cobrança e gestão de carteira de empréstimos consignados, o que em 31 de dezembro de 2019 corresponde a 99,9% das receitas da Companhia (92,6% da receita consolidada). Atualmente, estes serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício resultantes de operações com partes relacionadas, decorrem destas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Estas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumarizadas a seguir:

15.1. Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora	Ativos e Passivos					Resultado	Benefícios de curto prazo
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)		
2018							
Pessoas jurídicas							
AMCM Participações Ltda.....	-	-	-	(308)	-	-	-
RSR Participações Societárias Ltda.....	-	-	-	(129)	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	288	17.671	9.711	(435)	(5.015)	1.125	107.991
Bem Corretora de Seguros S.A.....	-	-	-	542	31	-	-
Pessoas físicas							
Pessoal-chave da Administração.....	-	-	-	-	-	-	(3.052)
Total	288	17.671	9.711	(330)	(4.984)	1.125	107.991
2019							
Pessoas jurídicas							
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	429	21.092	11.535	-	(14.814)	1.059	136.785
Bem Corretora de Seguros S.A.....	-	-	-	454	9	-	-
Pessoas físicas							
Pessoal-chave da Administração.....	-	-	-	-	-	-	(3.893)
Total	429	21.092	11.535	454	(14.805)	1.059	136.785
Consolidado							
Pessoas jurídicas							
AMCM Participações Ltda.....	-	-	-	(308)	-	-	-
RSR Participações Societárias Ltda.....	-	-	-	(129)	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	298	19.991	9.711	(435)	(5.015)	1.253	107.991
Pessoas físicas							
Pessoal-chave da Administração.....	-	-	-	-	-	-	(3.052)
Total	298	19.991	9.711	(872)	(5.015)	1.253	107.991
2019							
Pessoas jurídicas							
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.....	436	23.076	11.535	-	(14.814)	1.161	136.278
Pessoas físicas							
Pessoal-chave da Administração.....	-	-	-	-	-	-	(3.893)
Total	436	23.076	11.535	-	(14.814)	1.161	136.278

15.2. Provisão para indenizações contratuais: O contrato particular de prestação de serviços de correspondente - master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banrisul pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 14.814 (R\$ 5.015 em 2018).

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2019, a Companhia pagou remuneração aos membros da Administração no montante de R\$ 3.077 (R\$ 2.394 em 2018). A remuneração do Conselho Fiscal foi de R\$ 198 (R\$ 174 em 2018). O gasto com contribuição previdenciária no exercício de 2019, sobre a remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal, foi de R\$ 618 (R\$ 484 em 2018).

	Saldo no início do período	(+) Adições	(-) Reversões / Baixas	Saldo no final do período
Ano 2018.....	9.418	12.257	(16.660)	5.015
Ano 2019.....	5.015	16.711	(6.912)	14.814

16. Instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Exposição a risco de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras era:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa.....	547	425	554	435
Aplicações financeiras.....	23.465	19.937	25.439	22.245
Valores a receber correspondentes (i).....	114	182	114	182
Contas a receber (i).....	11.478	9.711	11.589	9.847
Total	35.604	30.255	37.696	32.709

16.2. Risco de liquidez: A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Na estimativa de 12 (doze) meses, não espera-se que a Companhia não tenha recursos para fazer as liquidações.

Controladora	Valor contábil	Fluxo de caixa até			
		12 meses	entre 12 e 24 meses	entre 24 e 36 meses	acima de 36 meses
2019					
Passivos financeiros não derivativos					
Obrigações com fornecedores.....	4.107	4.107	4.107	-	-
Provisão para indenizações contratuais.....	14.814	14.814	14.814	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo.....	4.088	4.560	2.234	1.208	555
Total	23.009	23.481	21.155	1.208	555
Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos					
Obrigações com fornecedores.....	4.119	4.119	4.119	-	-
Provisão para indenizações contratuais.....	14.814	14.814	14.814	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo.....	4.088	4.560	2.234	1.208	555
Total	23.021	23.493	21.167	1.208	555

(*) Total dos fluxos de caixa futuros considerando os juros futuros, quando aplicável.

14. Despesas por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos serviços prestados.....	(48.050)	(39.607)	(48.063)	(39.631)
Despesas gerais e administrativas.....	(28.632)	(27.490)	(29.124)	(27.913)
Impairment de ativos financeiros.....	(1.724)	(10.963)	(1.724)	(10.976)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(10.860)	(4.650)	(10.858)	(4.649)
Total	(89.266)	(82.710)	(89.769)	(83.169)
Despesas de pessoal.....	(46.400)	(40.678)	(46.486)	(40.708)
Serviços de terceiros.....	(10.760)	(10.016)	(10.786)	(10.045)
TI e telecomunicações.....	(6.022)	(5.312)	(6.022)	(5.312)
Estrutura e consumo.....	(1.461)	(4.011)	(1.461)	(4.011)
Serviços e despesas de apoio.....	(2.794)	(2.367)	(2.826)	(2.397)
Conservação e manutenção.....	(1.439)	(1.212)	(1.439)	(1.212)
Despesas de marketing.....	(2.066)	(1.548)	(2.066)	(1.548)
Outras despesas administrativas.....	(843)	(436)	(843)	(436)
Depreciação e amortização.....	(2.348)	(1.511)	(2.349)	(1.511)
Depreciação direito de uso.....	(2.656)	-	(2.656)	-
Perdas na alien. e baixa de ativos imobilizados ..	(274)	(315)	(274)	(315)
Provisão p/perda no recebimento de créditos.....	(1.724)	(10.963)	(1.724)	(10.976)
Reversão/(Provisão) para indenizações contratuais	(9.799)	4.403	(9.799)	4.403
Reversão/(Provisão) p/riscos cíveis e trabalhistas	4.964	(4.827)	4.964	(4.827)
Prejuízos com indenizações contratuais.....	(5.793)	(3.429)	(5.793)	(3.429)
Prejuízos c/ val. a rec. de correspondentes.....	(2.996)	(862)	(2.996)	(862)
Prejuízos com indenizações judiciais.....	(6)	(22)	(6)	(22)
Ressarcimento de desp. - procedimento arbitral	2.061	-	2.061	-
Outras receitas e despesas.....	1.090	396	732	39
Total	(89.266)	(82.710)	(89.769)	(83.169)

16.3. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Ao final do período de relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa.....	547	425	554	435
Aplicações financeiras.....	23.465	19.937	25.439	22.245
Total de ativos financeiros	24.012	20.362	25.993	22.680

16.4. Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 125 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Aplicações financeiras.....	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	125 pb aumento	125 pb diminuição	125 pb aumento	125 pb diminuição
Resultado líquido.....	261	(261)	261	(261)
Total	261	(261)	261	(261)

Valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros são considerados equivalentes ao valor contábil.

16.5. Provisão para risco de crédito de instrumentos financeiros: Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 48 ("Instrumentos Financeiros"), a Companhia realizou estudo para mensurar o risco de crédito dos ativos financeiros, e constituiu provisão para risco de crédito considerando a classificação interna de risco da contraparte da seguinte forma:

Classificação de risco da contraparte	Saldo dos ativos financeiros em 2019	Estimativa de perda	Valor provisionado	Saldo dos ativos financeiros em 2019	Estimativa de perda	Valor provisionado
Muito baixo.....	-	0,1%	-	-	0,1%	-
Baixo.....	2.486	0,3%	7	2.486	0,3%	7
Médio.....	32.627	0,5%	164	34.723	0,5%	174
Alto.....	-	0,7%	-	-	0,7%	-
Muito alto.....	-	1,0%	-	-	1,0%	-
Total	35.113		171	37.209		181

A avaliação dos riscos de crédito dos valores a receber de correspondentes no montante de R\$ 30.516 (R\$ 28.885 em 2018), é realizada com base em política específica definida pela Administração, de forma que o montante da provisão constituída atingiu 99,6%.

17. Procedimento Arbitral Banco Original S.A.: Em 05 de agosto de 2019 foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no contrato de compra e venda das ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela câmara arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais acionistas (Nota explicativa 11.b), e medidas acatulatorias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota explicativa nº 11.c). Referente as medidas acatulatorias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral, entretanto, esta decisão não impactará na posição patrimonial e no resultado da Companhia, visto que devido a classificação de risco do processo definida pelos assessores jurídicos do Banco Original S.A. que está conduzindo a defesa do processo, bem como a apresentação de garantia realizada pelo Banco Original S.A. para fazer frente aos possíveis prejuízos desta ação, a Companhia não possui provisão constituída para esse assunto. Referente a responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos processos trabalhistas, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral que declarou a responsabilidade do Banco Original S.A. pelas indenizações imputadas a Companhia decorrentes de processos judiciais perante a justiça do trabalho que reconheçam, ou venham a reconhecer, o reequilíbrio como bancário ou financeiro em favor de colaboradores que tenham sido contratados antes de 13 de março de 2012 e dispensados após esta data até o limite de 13 de março de 2018. Após esgotados os esclarecimentos de dúvidas de ambas as partes, em 19 de dezembro de 2019 a câmara arbitral emitiu notificação sobre o encerramento das atividades do procedimento arbitral registrado sob nº 41/2017/SEC3, de forma que os impactos da decisão arbitral foram reconhecidos no resultado e no balanço patrimonial da Companhia conforme segue:

	Valor principal	Correção monetária	Juros	Total
Acordos trabalhistas realizados antes do procedimento arbitral.....	771	60	207	1.038
Acordos trabalhistas após proc. arbitral.....	377	1	26	404
Processos trabalhistas encerrados.....	691	36	166	893
Subtotal	1.839	97	399	2.335
Reversão de prov. p/ conting. trabalhistas ..	-	-	-	6.108
Total	-	-	-	8.443

Os valores de principal foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "outras receitas" e os valores de juros e correção monetária foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "receitas financeiras". Sobre o montante de R\$ 1.839 reconhecido em "outras receitas" foram calculados os valores de PIS e COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. Sobre os valores contabilizados como "receitas financeiras" foram calculados os valores de PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Referente às contingências trabalhistas, o total do Passivo da Companhia é de R\$ 21.051 relativos às ações com classificação de risco "Provável" (Nota explicativa 11.b). Deste montante R\$ 12.985 referem-se a valores cuja responsabilidade pela indenização foi imputada ao Banco Original S.A. através do procedimento arbitral, e para os quais o Banco Original S.A. deverá apresentar carta fiança em garantia de ressarcimento à Companhia em caso de perda perante a justiça do trabalho. Considerando que parte deste valor já era reconhecido pelo Banco Original S.A. através do critério da proporcionalidade, a Companhia vinha reconhecendo parte dessa contingência trabalhista em contrapartida de conta específica no Ativo, sem impacto no resultado. Com a decisão do procedimento arbitral a parcela de responsabilidade do Banco Original S.A. aumentou em R\$ 6.108, impactando na reversão de provisões trabalhistas no resultado do exercício de 2019, e no aumento do contas a receber do procedimento arbitral (Nota explicativa 6.b).

18. Eventos Subsequentes: Em janeiro de 2020, a Companhia recebeu do Banco Original S.A., o montante de R\$ 365, referente ao reembolso dos acordos judiciais contabilizados em 31 de dezembro de 2019, em cumprimento da sentença do procedimento arbitral.

Conselho de Administração				
Werner Köhler Presidente	Ricardo Russowsky Conselheiro	Daniel Matone Conselheiro	Cláudio Matone Conselheiro	Leany Barreiro de Sousa Lemos Conselheira
Diretoria			Contador	
Gustavo Fluzza Lima de Souza Diretor Presidente	Bruno Fronza Diretor Administrativo e Financeiro	Ricardo Padoin Nenê Diretor de Tecnologia	Ronaldo Maciel de Ávila Junior Contador - CRC/RS 074.550/O-2	
Parecer do Conselho Fiscal				



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_1cb405dc-0a3d-45e8-8727-ff446c59c092..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO Responsável: JOSE ANTONIO COSTA LEAL	28/02/2020 07:46:49 GMT-03:00	87124582000104 84948337749	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.